**Mulheres no poder: A figura da presidenta Dilma desnudou o machismo na mídia? [[1]](#footnote-1)**

Igor Viginotti Canevare[[2]](#footnote-2)

**Machismo na Mídia**

Dilma Rousseff foi a primeira presidenta mulher do Brasil, além de ser integrante de um partido historicamente ligado às causas sociais. Ela sofreu muitas críticas durante seu período no governo e isso serviu como combustível à uma série de posicionamentos sexistas por parte da grande mídia, muito provavelmente em razão do machismo já entranhado na sociedade brasileira e também pelo ineditismo de se ter uma mulher no cargo mais importante do país.

A primeira reação a causar polêmica se deu pelo fato de que Dilma passou a ser denominada como “presidenta”, o que levou muitos a questionarem isso ao argumentar que o “correto” seria a presidente, sendo mulher, ou o presidente, tratando-se de um homem. Muitos faziam comentários irônicos desse uso da forma feminina “a”, utilizando-se dela como expediente para questionar a capacidade intelectual da chefe da nação. Contudo a forma presidenta é dicionarizada, portanto, aceita pela gramática da língua portuguesa, e, consequentemente, desnuda a dificuldade de aceitação, por parte de setores mais conservadores da sociedade, que um cargo de tal importância possa ter uma denominação feminina, mesmo que isso esteja previsto no vernáculo.

Recorrendo ao dicionário, podemos dizer que existe sim a palavra presidenta: > No Dicionário Aurélio: Presidenta – S.f. 1. Mulher que preside. 2. Mulher de um presidente.

> No Dicionário Houaiss: Presidenta – Acepções: substantivo feminino. 1 Mulher que se elege para a presidência de um país. Ex.: a p. da Nicarágua. 2 Mulher que exerce o cargo de presidente de uma instituição. Ex.: a p. da Academia de Letras. 3 Mulher que preside (algo). Ex.: a p. da sessão do congresso. 4 Estatística: pouco usado. Esposa do presidente.

No nosso artigo pretendemos discutir questões como essa, analisando posicionamentos sexistas da mídia para criticar a presidenta Dilma levando-se em conta unicamente o seu gênero e como isso possibilitou a construção da identidade da presidência dela pelos grandes meios de comunicação perante à sociedade, bem como, até que ponto isso ajudou no florescimento de críticas e da ascensão de uma sociedade mais politizada e crítica quando a um tratamento machista.

**Referencial teórico**

Para discutirmos esse tema nos apoiaremos em trechos de reportagens e textos jornalísticos que tratem a presidenta Dilma de forma crítica e, para investigarmos o comportamento sexista dos mesmos, nos apoiaremos no estudo aprofundado pela Economia Feminista, que se baseia em uma análise e crítica à economia dominante, utilizando-se da prerrogativa da desigualdade de gênero existente nesse paradigma (divisão sexual do trabalho e a divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo), haja vista que Dilma teria exercido uma função considerada masculina e isso foi fator preponderante para que se questionasse a sua capacidade em lidar com questões econômicas, por se tratar de setor relacionado ao “homem”.

Também nos utilizaremos do trabalho de Breny Menoza, com uma orientação para um feminismo Latino-americano e para olharmos com esses óculos para a situação da presidência feminina no Brasil. Visto que Menoza realça em seu trabalho a ascensão de governos de esquerda na América Latina como estratégica para se pautar uma nova realidade política, baseada na superação do poder colonial, que até então suplantava o progresso e a possibilidade das mulheres até mesmo de votarem, quanto mais chegarem ao poder. Quando isso se dá, o *status quo* passa a tentar minar e denegrir um governo feminino ou progressista, o que no Brasil ficou realçado pelas várias críticas de cunho sexista sofridas pela ex-presidente Dilma.

Também temos por intuito estudar, através da obra do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, como ampliar os horizontes no futuro quanto às questões tanto feministas quanto sociais na América Latina. O acadêmico nos aponta para a construção de uma “Epistemologia do Sul” que possa suplantar a soberania da ciência moderna, de lógica dicotômica e excludente, ideia que podemos aplicar aqui as críticas econômicas feitas ao governo, que muitas vezes, levavam em conta conceitos estrangeiros e consagrados mundialmente, mas que não consideravam as idiossincrasias brasileiras. Essa superação deve partir do reconhecimento da diversidade epistemológica do mundo, promovendo o diálogo entre os diversos saberes, segundo o sociólogo.

**Breve histórico do voto feminino no Brasil**

O voto feminino é recente no Brasil, o poder de exercê-lo em nível nacional foi angariado por meio do Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, do então Presidente Getúlio Vargas, com o Código Eleitoral de 1932, que em seu artigo 2º afirmava: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código”. Contudo, somente em 1934, com a implantação de um novo Estado Democrático de Direito, através da criação de uma nova Constituição, os direitos políticos conferidos às mulheres foram assegurados constitucionalmente. Todavia, a nova Constituição restringiu a votação feminina às mulheres que exerciam função pública remunerada. (TSE.JUS.BR, 2013). Ainda assim, apenas em 1946 as mulheres votariam efetivamente, haja vista que durante o período que ficou conhecido como a ditadura de Getúlio Vargas, esse direito foi diluído (AVELAR, 2001, p.20). O artigo 131 da Constituição de 1946 assegurava à mulher, bem como a qualquer outro cidadão maior de 18 anos, este direito: “São eleitores os brasileiros maiores de 18 anos que se alistarem na forma da lei” (TSE.JUS.BR, 2013).

Muito tempo depois, na década de 1990, é criada a Lei de Cotas afim de garantir um número mínimo de mulheres nas disputas eleitorais. A Lei nº 9.100 foi criada em 1995 e determinou o mínimo de 20% das vagas de cada partido destinadas a candidatas mulheres nas eleições municipais de 1996. Em 1997, a Lei nº 9.504 aumentou esse percentual mínimo para 25% nas eleições de 1998, incluindo mais cargos eleitos por voto proporcional (Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmara Distrital), e 30% para as posteriores (AVELAR, 2001, p. 80; GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 169; TSE.JUS.BR, 2013). Estabeleceu-se também que cada partido tenha uma cota mínima de 30% e máxima de 70% para cada um dos sexos (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 169).

Mesmo com todas essas medidas, a representatividade política das mulheres ainda é muito inferior à dos homens. E foi nesse contexto, de recente e pequena participação na política, que Dilma Rousseff foi eleita a primeira mulher presidente do Brasil em 2010. E esses fatores ajudam a entender a saraivada de críticas e dificuldade de aceitação por alguns setores da sociedade quanto à presença de uma mulher no cargo mais importante do país.

**Representação da mulher na mídia**

A discussão sobre a inclusão das mulheres no mercado de trabalho começa a aparecer no Brasil no século XIX, quando podemos notar o incentivo de algumas publicações para esta iniciativa, apesar de ir na direção de que a política não tem espaço para a mulher: “Na política, porém, o bello sexo só deve passar a vol d’oiseau, n’um âmbito largo, que lhe deixe ver os factos de longe. Nada de se intrometer em luctas eleitorales, de pedir votos, de formar comitês, de patrocinar candidatos” (BUITONI, 2009, p. 35).

Segundo Buitoni, a respeito do século XX: “[...] na imprensa feminina, a mulher está, metafórica e metonimicamente, ligada aos seus papeis sociais básicos: dona de casa, esposa, mãe, principalmente até os anos 1970” (2009, p. 200). A autora afirma que a partir dos anos 1960, “[...] aparecia uma tendência que privilegiava a consumidora. E mais do que mãe ou esposa, o status de namorada foi se fortalecendo” (BUITONI, 2009, p. 200).

Isso aconteceu também no presente ano, de 2016, num contexto um pouco anterior ao impeachment da Presidenta Dilma, em que se avistava a possibilidade de que Michel Temer assumiria como presidente substituto; muitas publicações, favoráveis à troca dos governantes, enfatizavam seu bom português, em oposição ao supracitado no começo do texto, em que as mesmas publicações enfatizavam o fato de Dilma se auto intitular presidenta, como fruto de seu mau português (sic).

Contudo o que mais chamou atenção nesse sentido, e que remetia muito à essa ideia sobre a participação feminina na política, datada do século XX, foi uma matéria publicada na revista Veja, em que era enfatizada a figura da esposa do vice-presidente, pois ela não participava da política, apenas de questões domésticas; exatamente o oposto da presidenta Dilma, que estava num processo político conturbado e não possuía as características femininas enfatizadas em Marcela Temer. A famigerada matéria, com o Título de “Marcela Temer: bela, recatada e “do lar” (LINHARES, Juliana. 2016), enfatizava características de coadjuvante como positivas para a esposa de Temer, como podemos ver no trecho a seguir:

Bacharel em direito sem nunca ter exercido a profissão, Marcela comporta em seu curriculum vitae um curto período de trabalho como recepcionista e dois concursos de miss no interior de São Paulo (representando Campinas e Paulínia, esta sua cidade natal). Em ambos, ficou em segundo lugar. Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele). (LINHARES, Juliana. 2016).

 Esse trecho vai ao encontro da definição dada por Buitoni à representação da mulher na mídia no período anterior à emancipação nos anos de 1960 e causou grande revolta e a matéria foi amplamente ridicularizada nas redes sociais, com uma turba satirizando-a de tal forma, que o “Bela, recatada e do lar” se tornou um bordão e legenda para as mais diversas fotos de mulheres nas redes sociais. Esse tipo de “protesto” e de indignação com a representatividade das mulheres nos dias atuais serve como um primeiro exemplo de que tivemos avanço em relação ao debate e à não aceitação de que se utilizem de velhos paradigmas e estereótipos femininos tão facilmente como ocorria nas décadas de 1950 e 1960, por exemplo. Portanto, mesmo que a presença feminina na política ainda não seja diretamente proporcional ao número de mulheres na população nacional, também não se aceita mais que a mulher seja colocada apenas como a coadjuvante de um homem poderoso.

**Representação de Dilma Rousseff na mídia**

 A candidatura de Dilma, desde o começo, esteve ligada à figura e popularidade do ex-presidente Lula, e os grandes meios de comunicação faziam questão de deixar isso bem claro. Na transição da figura de Dilma como ministra chefe da casa civil, para candidata à presidente, ela sofreu um processo de mudança de imagem, contudo, isso sempre foi representado como sendo vontade de Lula:

Logo na primeira vez que Lula falou a Dilma sobre a hipótese de torná-la candidata à Presidência, ainda em 2007, ele mencionou a necessidade de ela amenizar a sua imagem. “Dilma, você precisa perder essa cara de escritório”, aconselhou. (Época 2008).

Segundo a autora Breny Menoza, a ascensão de governos de esquerda na América Latina, como foi o caso aqui, é estratégica para se pautar uma nova realidade política baseada na superação do poder colonial, que até então suplantava o progresso e a possibilidade das mulheres até mesmo de votarem, quanto mais chegarem ao poder. Com a possibilidade de Dilma chegar ao poder, o *status quo* passa a tentar minar e denegrir o governo feminino ou progressista, como podemos ver nesse trecho em que se tenta mostrar a fragilidade e dependência de Dilma com relação a Lula, de forma mais agressiva:

A mudança no visual é parte de uma estratégia bem planejada com um único propósito: o de conferir a Dilma um perfil menos sisudo e mais simpático e ser a embalagem que faltava para transformar a até então mera técnica competente no principal nome para disputar, como candidata do governo, a eleição presidencial em 2010. (IstoÉ 2009)

 Para a disputa ser possível, a candidata teve de ser indicada e ter por trás dela uma figura masculina (Lula) e teve de mudar sua imagem de acordo a vontade dessa figura. As matérias jornalísticas enfatizaram muito isso como forma de denegrir a imagem da presidenta, como se ela não tivesse decisões próprias, mas fosse um mero fantoche de Lula.

 Contudo, uma das matérias mais controversas sobre a presidenta Dilma, foi publicada pela revista IstoÉ, na iminência do impeachment, com o título: “Uma presidente fora de si” (PARDELLAS, Sérgio; BERGAMASCO, Débora. 2016), essa matéria descrevia a chefe da nação como uma pessoa desequilibrada e sem mais condições de conduzir o país. Mesmo nesse ínterim, em que a presidenta já estava no segundo mandato, os repórteres trazem à tona a figura do ex-presidente Lula e comparam os dois, e se utilizam do desequilíbrio emocional e histeria feminina, supostamente presentes em Dilma, para questionar a capacidade dela em governar uma nação:

Os últimos dias no Planalto têm sido marcados por momentos de extrema tensão e absoluta desordem com uma presidente da República dominada por sucessivas explosões nervosas, quando, além de destempero, exibe total desconexão com a realidade do País. Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. Assessores palacianos, mesmo os já acostumados com a descompostura presidencial, andam aturdidos com o seu comportamento às vésperas da votação do impeachment pelo Congresso. Segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca. Lembra o Lula dos grampos em seus impropérios. (PARDELLAS, Sérgio; BERGAMASCO, Débora. 2016).

 Essa reportagem também causou muita revolta nas redes sociais, o que serve aqui, como um segundo exemplo, de que grande parcela da sociedade não tolera mais esse tipo de comportamento machista por parte da mídia; da mesma forma que ocorreu com a matéria sobredita sobre Marcela Temer, porque essa publicação denegria Dilma sem citar fontes, utilizando-se de subterfúgios como “segundo relatos”, “Assessores palacianos (...) andam aturdidos”, (PARDELLAS, Sérgio; BERGAMASCO, Débora. 2016), de forma a dar pouca credibilidade ao texto quanto à sua qualidade jornalística.

**Considerações finais**

Na atual conjuntura, por mais que a representatividade feminina na política ainda não reflita a quantidade de mulheres na população brasileira, não há mais aceitação da perpetuação de conceitos machistas e misóginos do século passado, como pudemos ver na enorme reação e protesto por parte das redes sociais quando se tentou colocar a figura de Marcela Temer, a de mulher que cuida da casa e não participa das decisões políticas, como um exemplo a ser seguido pelas mulheres da nação. Ademais, quando tivemos uma matéria que apenas tentava desacreditar a imagem da ex-presidente Dilma com conceitos machistas já ultrapassados, como por exemplo de que ela estava histérica e desequilibrada emocionalmente, sem citar fontes e com um tom de fofoca.

Por isso, podemos concluir, baseados nas obras citadas acima, bem como na do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, que a ascensão de governos progressistas no Brasil e a presença de uma mulher na presidência da nação foram fatores importantes para se municiar o debate e para uma não aceitação, por grande parte da sociedade, de que os grandes meios de comunicação continuem se valendo de ideias retrógradas e sexistas do século passado.

**Referências bibliográficas**

AVELAR, Lúcia. Mulheres na elite política brasileira. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

FERREIRA ABH. Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI. [CD-ROM] versão 3.0. Rio de Janeiro: **Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática**; 1999.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. **Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. Veja, São Paulo, Abr. de 2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>. Acessado em: 12. Jul, de 2016.

MENOZA, Breny. “La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismolatinoamericano”. En Espinosa Miñoso, Y. (coord.): Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano. (2010) Disponível em:

https://simposioestudosfeministasct.files.wordpress.com/2015/03/mendoza\_la\_epistemologia\_del\_sur.pdf

PÉREZ, Amaia Orozco. (2014). **Subversión feminista de la economía**. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Madrid: Traficantes de Sueños.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280.

PARDELLAS, Sérgio; BERGAMASCO, Débora. **Uma presidente fora de si:** Bastidores do Planalto nos últimos dias mostram que a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país. IstoÉ, São Paulo, 16 abri. 2016. Disponível em: < http://istoe.com.br/450027\_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/>. Acesso em: 12 jul.2016..

1. Artigo apresentado como trabalho final da disciplina “JC 003/Turma A - Tópicos Atuais em Ciência e Cultura – Epistemologias situadas e engajadas – corpos, contextos e políticas na produção de conhecimentos” (1/2016), ministrada pela Profa. Dra. Márcia Maria Tait Lima, no programa de mestrado em Divulgação Científica e Cultural, do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). [↑](#footnote-ref-1)
2. Graduado em Comunicação Social – Jornalismo, pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), em 2010. [↑](#footnote-ref-2)